

Nove decretos na fila

Os nove decretos-leis, baixados depois do dia 2 de setembro, e transformados pela nova Constituição em medidas provisórias, referem-se a valores da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações; prazo para pagamento de débitos previdenciários; criação de empregos no Tribunal Federal de Recursos; fundo de compensação de variações salariais; legislação aduaneira; emissão de letras hipotecárias; redução de imposto de importação; dívida da Superintendência da Marinha Nacional (Sunaman), e registro de estrangeiro.

Praticamente só há duas semanas para votação dessas matérias, pois a terceira, além de estar muito próxima das eleições — fator de esvaziamento do Congresso neste período — tem ainda um feriado no meio.

No Senado, estarão em pauta algumas proposições já apro-

vadas pela Câmara, entre as quais a que define os crimes de discriminação racial (primeiro projeto a regulamentar a nova Constituição) e o que proíbe, no aerosol tipo spray, o uso do gás que destrói a camada de ozônio da atmosfera.

A Câmara não pediu esforço concentrado. Mas, se houver número, serão colocados em votação os três projetos indicados pelas lideranças partidárias: o do Poder Executivo, que altera a lei do inquilinato; o do Executivo, que corrige falha da legislação sobre pesca; e o do deputado Maurílio Ferreira Lima, que institui um programa diário do Congresso na televisão. Será realizada também a eleição do deputado Maurício Campos (PFL-MG) para substituir o deputado Homero Santos (PFL-MG) na 1ª vice-presidência da Casa. Homero Santos, foi há pouco nomeado ministro do Tribunal de Contas da União.